

A cidade em cada sujeito: suas memórias

Prof. Henrique F. Carneiro

Prof. Orientador e coordenador do LABIO

henrique@unifor.br

Rossana Teixeira Vaz Borja

Mestranda em Psicologia, bolsista do CAPES e membro do LABIO

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

rossanavazborja@yahoo.com.br

Resumo

O nascimento da cidade é de fato associado, na origem da cultura humana, ao surgimento de uma espécie de espaço sagrado, sob o qual subjazem os sepultamentos dessas antigas civilizações. Assim é que os primeiros resíduos encontrados da história da humanidade têm em sua base o gesto de enterrar os mortos. A percepção da morte e os seus primeiros rituais religiosos são, pois, aquisições fundantes na formação da cultura humana. No centro da cidade dos vivos, encontram-se sepultados os entes queridos e pranteados; lugar sagrado, no qual se esperava a não violação de outros agrupamentos culturais. A inter-relação cidade e indivíduo remontam, pois, às origens da cultura humana, no sentido de que o psiquismo humano desenvolve-se a partir da organização em comunidade. Para o humano manter-se, para sustentar o pacto gerador da cultura, é necessária uma força psíquica no sentido de uma contínua construção da “polis”. A cidade está estreitamente imbricada com memória e reconhecimento desde suas origens. A identificação permite compreender o psíquico e o social como instâncias do sujeito e que, por isso, não devem ser pensadas isoladamente. No caso de destruição física, seja dum monumento, por exemplo, ou de uma pessoa, reconhecer o acontecido, o mais próximo de sua configuração, é ato constitutivo tanto para um povo, como para uma pessoa com quem estamos em relação. O crescimento explosivo e a constante transformação das megacidades, num ritmo excessivamente rápido quando comparado ao de uma vida humana, com migrações constantes e uma larga escala das populações, cria evidentemente amplas áreas desvitalizadas culturalmente. São áreas que favorecem o anonimato das pessoas, a destruição das memórias, das referências e, portanto, das possibilidades de reconhecimento. Desse modo, perde-se toda uma trama tecida de memória e de relações de reconhecimento entre o habitante e seu bairro, o morador e seu vizinho; aquele em particular, que possui um nome, uma história para contar.

Palavras – chaves: cidade, memória, reconhecimento, psicanálise, identificação.

... há uma cidade em ti, que não sabemos.
Carlos Drummond de Andrade

Cidade: origem e memória

Pensar a cidade é recuperar no tempo a sua história e origem. Uma das compreensões a respeito da formação da cidade em seus começos diz respeito à busca de proteção e abrigo pelo homem em relação aos predadores e às forças da natureza. A psicanálise pode nos auxiliar a pensar mais além, no sentido de indicar que essas necessidades vão acompanhadas pela organização simbólica, como contraponto ao desamparo humano e ao caráter perecível dos que lhe são caros (TANIS E K HOURI, 2009,p.92).

O nascimento da cidade é de fato associado, na origem da cultura humana, ao surgimento de uma espécie de espaço sagrado, sob o qual subjazem os sepultamentos dessas antigas civilizações. Assim é que os primeiros resíduos encontrados da história da humanidade têm em sua base o gesto de enterrar os mortos. A percepção da morte e os seus primeiros rituais religiosos são, pois, aquisições fundantes na formação da cultura humana.

No centro da cidade dos vivos, encontram-se sepultados os entes queridos e pranteados; lugar sagrado, no qual se esperava a não violação de outros agrupamentos culturais. Não por acaso, as catedrais, os castelos e fortes ocupavam o centro, o ponto demarcatório, a partir do qual as cidades se expandiram e se desenvolveram. Lugar das divindades religiosas e do poder político vigente.

Em *Totem e tabu*, Freud (1913) afirma que foi diante da morte de uma pessoa amada que teria surgido a crença na alma, como algo imortal, não perecível. Foi nessa crença, tão poderosa e persistente, que se originaram não só os temores em relação aos espíritos dos mortos, como a sua veneração, e foi, concerteza, o que levou à prática dos rituais de sepultamento e aos ritos e crenças religiosas nas origens da cultura e da condição humana.

A inter-relação cidade e indivíduo remonta, pois, às origens da cultura humana, no sentido de que o psiquismo humano desenvolve-se a partir da organização em comunidade. Foi também em *Totem e tabu* que Freud criou o mito do surgimento do homem como ser de cultura. Segundo o mito, o primeiro ato civilizatório teria sido o assassinato do pai da horda. Os filhos, dominados por um pai tirânico e onipotente, rebelam-se, matam-no e o devoram. Morto, retorna na forma de um ideal de grandeza e

força a ser buscado por todos. Identificados com o pai morto, os irmãos são tomados por sentimentos de culpa e de nostalgia. Cria-se um pacto contra o incesto e o assassinato. A criação da comunidade humana instaura suas primeiras leis: não matar e a interdição do incesto, como forma de conter a intensidade de seus impulsos (Freud,1913)

Para o humano manter-se, para sustentar o pacto gerador da cultura, é necessária uma força psíquica no sentido de uma contínua construção da “polis”. Referindo ao pensamento de Freud, os marcos sagrados que sustentam a cultura se originam na memória imemorable de um assassinato, a morte e a devoração coletiva do pai primevo.

A memória está diretamente ligada ao patrimônio de um povo, pois gera, a partir da cultura, tomada em suas manifestações naturais, materiais e imateriais, um ponto de referência de sua identidade e as fontes de sua inspiração (CARNEIRO, 2006,p.20)

A cidade está estreitamente imbricada com memória e reconhecimento desde suas origens, talvez em sua natureza. (MENEZES, 2009,p.79) A identificação permite compreender o psíquico e o social como instâncias do sujeito e que, por isso, não devem ser pensadas isoladamente.

No caso de destruição física, seja dum monumento, por exemplo, ou de uma pessoa, “reconhecer o acontecido, o mais próximo de sua configuração, é ato constitutivo tanto para um povo, como para uma pessoa com quem estamos em relação. (...) O reconhecimento requer largueza, generosidade, coragem na relação com a vida, e também despojamento, pois implica em não negar mesmo aquilo que, não sendo vantajoso para si mesmo, impõe-se a nosso julgamento, em nossa relação com o outro” (MENEZES, 2009,p.85).

Menezes chama polis “as configurações e lugares da cidade que permanecem fiéis à sua vocação, ao favorecer a construção de memórias e a criação de histórias entre os que ali habitam ,histórias que, no presente, abrem para futuros, ou seja, lugares favoráveis ao desenrolar de vidas humanas.

O sujeito na megacidade

O crescimento explosivo e a constante transformação das megacidades, num ritmo excessivamente rápido quando comparado ao de uma vida humana, com migrações constantes e uma larga escala das populações, cria evidentemente amplas áreas desvitalizadas culturalmente. São áreas que favorecem o anonimato das pessoas, a destruição das memórias, das referências e, portanto, das possibilidades de reconhecimento.

Os aglomerados, gerados nos lugares onde a cidade se refaz muito rapidamente seguindo uma lógica puramente funcional, muitas vezes com populações migratórias com poucas condições de preservar suas tradições de origem, diferem da “polis” por serem áreas culturalmente amorfas, áreas sem história.

Na metrópole da modernidade pensada por Benjamin (1989), o homem se perde na multidão, porém a construção e preservação de referências estáveis garantem uma pertinência social. Já na megalópole de hoje, o marco de referência se dilui e em seu lugar surgem os grandes conglomerados indiferenciados; o centro se desloca para a periferia na memória de seu habitante, que caminha às pressas, em meio ao barulho nervoso do aglomerado de pessoas, mas também os lugares se tornam anônimos.

Quadras residenciais são inteiramente destruídas e em seu lugar, imensos edifícios são projetados, dando-nos a impressão de terra devassada. Desse modo, perde-se toda uma trama tecida de memória e de relações de reconhecimento entre o habitante e seu bairro, o morador e seu vizinho; a pessoa e o padeiro de seu bairro, aquele em particular, que possui um nome, uma história para contar; entre a criança e a rua em que solta pipa e pedala sua bicicleta. Desse crescimento desordenado resulta uma cidade fragmentada, colcha de retalhos, prenhe de sentidos entrecortados, abortados ou ainda não nascidos.

Cada atentado realizado contra o patrimônio cultural material de um povo gera traumas muitas vezes insuperáveis, que se articulam com outras sensações de perdas, já vivenciadas por cada cidadão, no âmbito de sua vida psíquica privada (CARNEIRO, 2006, p.20)

O crescimento sem planejamento interrompe as cadeias de transmissão cultural, não propiciando espaço e nem tempo de troca, de fala, de construção de narrativas e de memorização das mesmas. Nessas condições, a diversidade não soma, mas cria pequenas ilhas, cada qual com uma cultura própria, que desconhece as outras e não tem

acesso a elas. Há lugares em que a malha viva das trocas e das referências culturalmente produzidas é operante e outros em que se encontra desvitalizada, esgarçada. Esse processo é dinâmico e representa um desafio político para as pessoas implicadas ou para as que assim se sentem.

De acordo com o que acabamos de considerar, somos levados a pensar que nas megalópoles dificilmente formam-se lugares estáveis possibilitadores do surgimento de sentido para o qual o que ali se passa, vive-se, fala-se, e também que esses lugares tendem a ser destruídos ou nem chegam a se constituir de maneira estável. Formam-se assim lacunas no tecido cultural da cidade, com áreas que, de forma aproximativa, poderíamos dizer que não são “polis”, mas amontoados, aglomerações instáveis e desestabilizadoras, refratárias à permanência do sentido nas relações intersubjetivas entre seus habitantes. Nessas lacunas reina um ir e vir nervoso entre o barulho da violência e a violência do silêncio, como mudez impotente das falas que nada conseguem dizer, que nada conseguem fazer acontecer do que mais lhes importaria em suas vidas.

Pertencimento e identificação

A condição principal de requisitos para a confiança dos habitantes nas formas de viver de sua cidade, sendo esta um território de pertença, seja ela qual for, não reside, apenas, na falta de poder ou no abuso do poder dos poderes públicos em disponibilizar a esses habitantes seus equipamentos urbanos. (ROCHA e ECKERT,p.463,2006) A confiança dos habitantes em sua cidade depende da “circularidade dos sentidos”, produzidos nas diferentes ações destrutivas e criativas que transformam ou preservam os espaços que eles almejam.

O desejo humano é uma formação singular, no entanto, é preciso considerar que o eu faz-se também em conformidade com o entorno, protegendo-se na malha da cultura. Há sempre uma tensão entre o ser igual e o ser único. Apazigua-se a tensão com o reconhecimento da própria existência por meio do reconhecimento do outro e de si próprio. Por isso as pessoas não cessam de buscar brechas nos muros de massificação, de violência e de indiferença criando estratégias espontâneas de encontro nos espaços da cidade.

Na construção dos novos marcos, temos a possibilidade de resistência ou resgate de possibilidades de vida, presenciando, assim, tentativas de agrupamento por bairros, que se transformam em guetos de resistência, oásis de sobrevivência. Na geografia da cidade revelam-se lugares de troca de singularidades nas relações funcionais. Surge a importância da memória e da historicidade como reduto contra a indiferença, a desterritorialização.

É no momento em que parece não haver mais lugar para a existência de uma linguagem e relações humanas significativas que vemos a tenacidade com que as pessoas lutam com os espaços urbanos hostis e, muitas vezes, conseguem reutilizá-los para a sua vida.

Refletir sobre a questão do ético como condição de enraizamento e pertencimento a um mundo compartilhado, para que nessa morada possa criar valores, laços afetivos de reconhecimento entre os homens, de amor e comunidade pública.

Necessitamos de “lugares” onde seja possível exercer uma comunicação necessária para a sobrevivência, onde sejamos reconhecidos e encontremos algo que nos pertença e com o qual nos identifiquemos. Onde possamos, ativamente, deslocarmo-nos e sermos reconhecidos. A partir desse reconhecimento da necessidade veemente do humano de se sentir incluído em um todo, reconhecemos que o medo da morte, em sua última instância é o medo da exclusão. O homem está permeado por contradições (sociais) ou pulsões (psíquicas), que o tempo todo voltam a se inscrever na paisagem urbana na forma de detrito, em espaços de exclusão social, econômica e simbólica, o que lembra o ato parricida de *Totem e tabu*, ela aparece em forma de destituição do poder ou até mesmo em função de atos desordenados de vandalismo dirigidos aos próprios monumentos de uma cidade.

Existe um elo essencial que o une o planejamento urbanístico da metrópole moderna a itens da agenda contemporânea que é o controle e a manipulação da natureza.

Este dano causado quando analisado no plano subjetivo, evoca, segundo Carneiro (2006), uma ruptura onde o cidadão se sentia partícipe ativo ou até mesmo passivo de um determinado significante que nomeia um laço social da ordem gentílica; não precisando que o mesmo esteja engajado em uma luta, uma reivindicação por uma bandeira patrimonial da preservação ou salvação de um bem.

O público, na medida em que gera uma relação identitária com o cidadão, passa a lhe pertencer. E isso traz à discussão a

possibilidade da existência de uma posição cidadã com respeito aos bens públicos, sua destruição e o adoecimento psíquico desse sujeito (Ibid, p.25).

A partir do momento em que alguém nasce, vive ou adota um determinado lugar, o faz por vários motivos, permitindo que o cidadão inicie a construção de uma identidade imaginária com todo o universo que o cerca.

Nenhuma identidade, seja ela individual ou coletiva, pode ser construída fora de sua cultura de referência. Nossos mitos estruturam as fantasias individuais e grupais, nosso imaginário produz determinações simbólicas na construção de nossas subjetividades (VILHENA,p.49,2002).

Os “lugares” são fundamentais porque são identitários, relacionais e históricos. Os sujeitos ligam-se aos lugares e os reconhecem no curso de sua vida. Há o lugar onde se nasceu, aquele de onde se vem, onde se trabalha, o lugar onde se mora. Isto significa que o espaço pode ser simbolizado, ou seja, ganhar um lugar representacional no imaginário do sujeito.

É também no lugar, enquanto construção social, que os sujeitos produzem sua subjetividade. É a partir dele que é possível pensar o viver, trabalhar, formar laços sociais e identificar-se com os semelhantes – inicialmente representados pelo círculo materno/infantil – que falamos e somos ouvidos, respeitamos e somos respeitados, sentimo-nos incluídos ou à margem (VILHENA, p.49, 2002).

As condições de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais estão inscritas dentro e fora do lugar. Vilhena acredita que os sujeitos fazem escolhas sim, mas que suas alternativas estão codificadas nos limites de um meio ambiente facilitador ou não, de uma cultura de compartilhamento ou de segregação. Buscar pertencer é, para os sujeitos, incluir-se em determinados circuitos, estar em consonância com outros sujeitos na luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento.

Sofrimento psíquico na cidade

Freud em Mal-estar na civilização (1930) apontou-nos três fontes de sofrimento:

- O poder superior da natureza
- A fragilidade de nossos próprios corpos
- A inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade.

Sendo esta última a mais penosa, envolve dois elementos essenciais a estética do viver urbano nas dinâmicas interativas das experiências sociais e sensíveis, o que significa refletir sobre a condição de vida na cidade; e a ética como a possibilidade de os habitantes poderem se representar nas políticas públicas dirigidas à área de patrimônio cultural.

O cidadão que sofre violência em espaço público não sabe a quem se dirigir para encaminhar o registro de sua queixa, pois se trata de um dano psíquico, e a esse tipo de dano vivido pelo cidadão ainda faltam dispositivos que sustentem vias de reparos dentro do espaço de cidadania.

O sujeito se sente desamparado em termos de identificações que representariam referências significativas de pertencer a sua cidade.

Carneiro pontua que “perder algo, um ícone, uma referência, vai mais longe do que sugere a perda material. Serve como uma perda de posição em uma cadeia de significantes e que requer de cada cidadão um esforço gigantesco para atualizar sua existência com um elemento a menos perante a teia de significados, que podia contar e que enlaçava o seu patrimônio material individual e coletivo” (CARNEIRO,2006,p.23).

Considerações finais

A cidade está estreitamente imbricada com memória e reconhecimento desde suas origens, e a cidade capital torna-se o pivô para eternizar os feitos e manter a memória da história de sua localidade.

Assistimos ao crescimento desordenado das cidades, que rápida e desajeitadamente se transformam em grandes agrupamentos populacionais de migrantes que, privados de suas raízes culturais, encontram-se em condições as mais adversas. O centro da cidade transforma-se num espaço vazio, já não mais configurado o lugar sagrado: repleto de memórias e sentidos de sua origem. Nessas condições, a diversidade não soma, mas cria pequenas ilhas, cada qual com uma cultura própria, que desconhece as outras e não tem acesso a elas. O centro se desloca para a periferia na memória de seu habitante, o espaço coletivo torna-se residual, não apenas as pessoas, mas também os lugares se tornam anônimos.

A psicanálise pode nos auxiliar a pensar mais além, indicando que essas necessidades são acompanhadas pela organização simbólica, como contraponto ao desamparo humano.

A operação pela qual nos identificamos com nossos objetos de amor, com o outro tomado como semelhante a nós mesmos e aos que amamos, é a única via para que sintamos algo – sofrimento, indignação, horror – diante da morte ou sofrimento de desconhecidos, tal como ela é sentida na destruição da cidade. As formações da cultura são o que asseguram, com alguma precariedade, a comunidade do humano.

É notório que a memória da “polis”, ou a memória na “polis”, torna-se cada vez mais difícil de ser mantida na atualidade, movida por uma atmosfera de pressão excessiva e turbulenta imposta pelas megalópoles. A cidade é uma morada, um habitat atravessado por uma complexidade de elementos que servem ao cidadão como fonte de formação identitária, portanto não se trata de uma questão relativa ao mundo individualizado do sujeito. Já como salientamos que o psiquismo humano desenvolve-se a partir da organização em comunidade.

Referências bibliográficas:

CARNEIRO, H.F. Banalização do patrimônio cultural material e consequências perversas para a vida na cidade. In: MARTINS, C. *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas: V.3).

FREUD, S. (1913). *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. (1930). *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

MENEZES, L.C. Preservem as flores selvagens. *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol.40, n.2, 2006

ROCHA, A. L. C. da e ECKERT, C. A cidade e suas crises, o patrimônio pelos viés da memória: Por que e como preservar o passado? Goiânia. *Habitus*, v.4, n1, p.455-470, jan/jun.2006

TANIS, B. e KHOURI, M.G. (orgs). *A psicanálise nas tramas da cidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

VILHENA, J. Da cidade onde vivemos a uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade. *Pulsional Revista de Psicanálise*. São Paulo. Ed. Escuta. XV, n163. nov. /2002